

# TERMO DE REFERÊNCIA: ITINERÁRIO PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES EM PEQUENOS MUNICÍPIOS

Kálita Oliveira  
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da Unoesc  
Anderson Saccol Ferreira  
Mestre, Universidade do Oeste de Santa Catarina Unoesc

**Resumo:** O estudo visa desenvolver um termo de referência que explique formas e procedimentos para elaboração de Planos Diretores compatíveis com as necessidades dos municípios localizados no Oeste do Estado Catarinense. Por meio da pesquisa documental investigamos 89 municípios com população entre 1 mil e 10 mil habitantes. Dos municípios analisados 38 não apresentavam Plano Diretor Municipal, o que corresponde a 40% da amostra analisada. Descrevemos as fases para elaboração de Planos Diretores, como a) sensibilização dos setores; b) diagnósticos municipal técnicos; c) consolidação do diagnóstico municipal técnico; d) apresentação do diagnóstico municipal técnico; e) disponibilização de diagnóstico municipal técnico; f) definição das estratégias; g) realização de debates e audiência pública; h) consolidação e elaboração da minuta da lei; i) envio da minuta para o legislativo e executivo municipal e sua aprovação; j) lançamento do plano diretor; k) assessoramento e monitoramento do plano diretor. Mesmo que descrito de forma genérica, o estudo possibilita um olhar técnico que auxilia na projeção da imagem da cidade para um futuro mais remoto.

**Palavras-chave:** Plano Diretor. Termo de referência. Pequenos municípios.

## 1 INTRODUÇÃO

Os municípios estão constantemente evoluindo e modificando seu sítio. Essas mudanças geram inúmeras atividades econômicas no perímetro do município, e conseqüentemente trazem a expansão do espaço urbano necessitando de diretrizes para seu controle de crescimento e desenvolvimento sustentável. A construção de loteamentos, edificações e indústrias em áreas urbanizadas ou em renovações urbanas que expandem o território urbano acarretando na superutilização da infraestrutura e um crescimento desordenado do meio urbano e rural.

Weber e Franqui (2017) apontam que há necessidade de um planejamento estratégico visando o desenvolvimento local e regional, o qual envolve as políticas públicas mais aderidas à realidade a que ela se destina. Segundo Carvalho e Braga (2001), o Plano Diretor tem o papel de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, ele é um instrumento básico da política municipal.

Os municípios considerados pequenos de porte pequeno I com menos de 20 mil habitantes necessitam de um sistema de gestão territorial, planejamento para o desenvolvimento urbano (IBGE, 2018). A região Oeste Catarinense possui 51% dos seus municípios sem Plano Diretor (MATÉ; MICHELETI; SANTIAGO, 2015), o qual são regidos por Leis complementares, e na maioria das

vezes, são ineficientes e proporcionam incompatibilidade com a realidade do município. A falta do Plano Diretor gera instabilidade no planejamento urbano, facilita a irregularidade de edificações, a superutilização da infraestrutura urbana, o crescimento desordenado, o uso e a ocupação do solo ilícita. Podem gerar alagamentos, impermeabilização excessiva, desmatamento, assoreamento, contaminação na malha hídrica e o surgimento de ambientes urbanos insalubres. Muitos gestores entendem a necessidade do plano, mas não sabem qual é sua função, tão pouco para que ele serve. Ou fator importante que ele deverá seguir as legislações: Lei Nº 10.257, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº 12.836, Lei nº 13.116 (BRASIL, 2001); (BRASIL, 1988); (BRASIL, 2013); (BRASIL, 2015). Nesse contexto temos a pergunta de pesquisa: seria possível elaborar uma metodologia para os termos de referência de planos diretores compatível com as necessidades dos municípios do Oeste do Estado de Santa Catarina?

A pesquisa visa desenvolver um termo de referência que explique metodologicamente uma forma para elaborar Planos Diretores compatíveis com as necessidades dos municípios localizados no Oeste do Estado Catarinense. Por meio da pesquisa documental analisamos os postais municipais, governamentais e publicações legais verificando a presença do instrumento Plano Diretor Municipal. Como cenário de pesquisa, averiguamos

89 municípios com população entre 1 mil e 10 mil habitantes. Percebemos que 38 municípios não apresentam Plano Diretor Municipal o que corresponde a 40% do total investigado.

Propomos um Itinerário dos principais eixos para construção do Plano Diretor Municipal que pode ser adaptado para os municípios conforme sua realidade, sociocultural, ambiental, econômica e político institucional. O termo de referência abrange onze eixos que vão da sensibilização, leitura técnica, jurídica e social até sua aprovação e monitoramento pós implantação. A estrutura deste trabalho traz a base teórica do Plano Diretor Municipal, comentando sobre as principais referências do tema.

## 2 DESENVOLVIMENTO

O estudo analisou 89 municípios considerados de pequeno porte, todos localizados no Oeste do estado de Santa Catarina. Na tabela 1, consta 36 municípios que não apresentam plano diretor municipal. Cerca 43 municípios apresentam uma estrutura semelhante. E 12 não descrevem aspectos importantes sobre os instrumentos dos estatutos da cidade. Quando abordamos a construção do termo de referência para elaboração dos planos elencamos como um dos pontos mais relevantes o diagnóstico técnico, social e ambiental do referido termo. A análise dos dados proporciona uma fidelidade na construção do plano com base no contexto que a cidade se encontra.

Tabela 1- Listagem dos municípios, população e Plano Diretor

Nº	Município	População estimativa 2019	Plano Diretor
1	Água Doce	7.145	Sim
2	Águas de Chapecó	6.486	Sim
3	Águas Frias	2.366	Não
4	Alto Bela Vista	1.937	Sim
5	Anchieta	5.638	Sim
6	Arabutã	4.267	Sim
7	Arvoredo	2.240	Não
8	Bandeirante	2.678	Sim
9	Barra Bonita	1.677	Sim
10	Belmonte	2.706	Não
11	Bom Jesus	3.010	Não
12	Bom Jesus do Oeste	2.142	Sim
13	Caibi	6.148	Não
14	Calmon	3.346	Sim
15	Campo Eré	8.526	Não
16	Caxambu do Sul	3.642	Sim
17	Cordilheira Alta	4.453	Sim
18	Coronel Freitas	9.981	Sim
19	Coronel Martins	9.981	Não
20	Cunhataí	1.962	Sim
21	Descanso	8.250	Sim
22	Entre Rios	3.203	Não
23	Erval Velho	4.412	Sim
24	Flor do Sertão	1.582	Sim
25	Formosa do Sul	2.510	Não
26	Galvão	2.873	Não
27	Guarujá do Sul	5.160	Sim
28	Guatambu	4.704	Não

29	Ibiam	1.957	Não
30	Ibicaré	3.202	Sim
31	Iomerê	2.945	Sim
32	Ipira	4.446	Sim
33	Iporã do Oeste	8.996	Sim
34	Ipuçu	7.514	Não
35	Ipumirim	7.593	Sim
36	Iraceminha	3.976	Não
37	Irati	1.930	Não
38	Itá	6.169	Sim
39	Jaborá	3.936	Não
40	Jardinópolis	1.570	Não
41	Jupia	2.101	Não
42	Lacerdópolis	2.246	Sim
43	Lajeado Grande	1.427	Não
44	Lindóia do Sul	4.563	Sim
45	Luzerna	5.685	Sim
46	Macieira	1.775	Sim
47	Marema	1.797	Não
48	Matos Costa	2.520	Sim
49	Modelo	4.209	Sim
50	Nova Erechim	5.019	Não
51	Nova Itaberaba	4.331	Não
52	Novo Horizonte	2.442	Não
53	Ouro	7.295	Sim
54	Ouro Verde	2.217	Não
55	Paial	1.505	Sim
56	Palma Sola	7.423	Não
57	Paraíso	3.437	Sim
58	Passos Maia	4.147	Não
59	Peritiba	2.787	Sim
60	Pinheiro Preto	3.555	Sim
65	Quilombo	9.887	Sim
66	Rio das Antas	6.205	Sim
67	Riqueza	4.598	Sim
68	Romelândia	4.786	Não
69	Saltinho	3.781	Sim
70	Salto Veloso	4.718	Sim
71	Santa Helena	2.223	Sim
72	Santa Terezinha do Progresso	2.896	Não
73	Santiago do Sul	1.260	Não
74	São Bernardino	2.336	Não
75	São Domingos	9.445	Sim
76	São João do Oeste	6.381	Sim
77	São Miguel da Boa Vista	1.820	Não
78	Saudades	9.745	Sim
79	Serra Alta	3.263	Sim
80	Sul Brasil	2.461	Não
81	Tangará	8.676	Sim
82	Tigrinhos	1.633	Sim
83	Treze Tílias	7.840	Sim
84	Tunápolis	4.543	Não
85	União do Oeste	2.464	Não
86	Vargeão	3.573	Não
87	Vargem Bonita	4.492	Não
88	Xavantina	3.933	Sim
89	Abdon Batista	2.563	Sim

Fonte: IBGE, (2019) e FECAM (2018), adaptados pelos autores

### 2.1 PROPOSIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA PLANOS DIRETORES EM PEQUENOS MUNICÍPIOS

Para proposição metodologia de planos diretores precisamos entender e compreender quatro pontos fundamentais, a inclusão, que se refere às adaptações feitas pela sociedade em especial a alguns grupos de indivíduos. A

integração o qual traz adaptações feitas pelos indivíduos a segregação, que aponta o distanciamento forçado, mesmo eu próximo ou no mesmo espaço físico, e a exclusão, ou seja, separação dos indivíduos. O Plano diretores, devem almejar a inclusão, com proposta para todos seus habitantes.

Propomos nesse estudo a construção do termo de referência de forma includente, que visa corrigir distorções administrativas, de modo a facilitar a gestão municipal, da mesma maneira alterar as condições indesejáveis e assegurar a viabilização de propostas estratégicas considerando questões que podem variar nos municípios. Dessa forma, o termo deverá seguir 11 etapas descritas: a) sensibilização dos setores; b) diagnósticos municipal técnicos; c) consolidação do diagnóstico municipal técnico; d) apresentação do diagnóstico municipal técnico; e) disponibilização de diagnóstico municipal técnico; f) definição das estratégias; g) realização de debates e audiência pública; h) consolidação e elaboração da minuta da lei; i) envio da minuta para o legislativo e executivo municipal e sua aprovação; j) lançamento do plano diretor; k) assessoramento e monitoramento do plano diretor.

A primeira etapa é a sensibilização, nesse momento cria-se Núcleo Gestor e a equipe técnica. O núcleo gestor será formado por representantes de entidades, setores produtivos e o poder legislativo e executivo municipal. A equipe técnica deverá ser formada por profissionais capacitados, entre eles, pelo menos um arquiteto e urbanista. É importante que haja um regimento para as ações do Núcleo Gestor e posteriormente uma capacitação acerca das diretrizes e legislações, os quais permeiam o Plano Diretor Municipal. O município deverá por meio de decreto municipal legitimar as ações do Núcleo Gestor.

A etapa dos diagnósticos técnicos permeou três vertentes, técnica, jurídica e comunitária. A leitura jurídica trará uma análise de todos os documentos que se relacionam com o Plano Diretor. Caberá à procuradoria jurídica do município a realização dessa atividade. Esta leitura deverá apontar todas as leis relacionadas em nível federal, estadual e municipal, da mesma forma, trazer os documentos legais que se relacionam com o Plano Diretor, aqui será realizada uma análise das leis municipais para elaboração do Relatório jurídico.

A leitura comunitária trata-se de reuniões com a comunidade municipal e coleta de propostas de melhoria para implementação do Plano Diretor. Deve-se abranger as comunidades locais como associações de bairros, gestores municipais, vereadores, autoridades municipais, e comunidade rural. Nessa etapa, coleta-se as informações e as propostas pertinentes, sensibiliza-se sobre a implantação do Plano Diretor e registra em ata as

ações. De 6 a 10 reuniões são importantes, sendo pelo menos 4 na área rural. Todas as informações coletadas e analisadas geram a leitura comunitária. A leitura técnica trará uma realidade por meio de dados técnicos como censitários do IBGE, do Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD, Ministério do Trabalho e Emprego, INEP, INSS, Tribunal de Contas do Estado, da Prefeitura Municipal e demais instituições. Essa coleta de dados secundários permitirá a manipulação e geração de mapas temáticos e de um relatório técnico.

Nesse contexto, o que devemos levantar para compor o relatório técnico? Dessa forma, dividimos esta listagem em quatro eixos como: a) Leitura técnica ambiental e uso do solo; b) Leitura Técnica Socioeconômica; c) Leitura da Infraestrutura urbana e rural; d) Leitura da mobilidade.

## 2.2 LEITURA TÉCNICA AMBIENTAL E USO DO SOLO

A leitura técnica ambiental deverá trazer informações das áreas de risco de ocupação tais como, várzeas inundáveis; declividades altas; contaminação do subsolo, erosão, escorregamentos, classificar as áreas de risco (baixo, médio, alto e muito alto), bem como, o número de famílias em cada situação, de modo que possam ser estabelecidas prioridades no planejamento das ações futuras. Ainda deve constar as áreas de preservação ambiental, áreas com vegetação de porte, áreas com locais notáveis pela paisagem cênica.

Trazer informações sobre o uso e ocupação do solo como: a) centro principal: nas aglomerações onde ocorrem atividades econômicas como comércio e serviços, localizar os estabelecimentos que possam gerar futuros incômodos e que atraem e ou geram tráfego pesado ou intenso, apontar as áreas restrita ou industriais; b) Áreas com especificidades: onde estão localizadas as áreas com tendência a verticalização e adensamento da ocupação, da mesma forma, a intensificação do comércio, os locais impróprios para estas atividades e com tendência a multiplicar estabelecimentos que possam gerar incômodos em bairros industriais; c) Áreas com especificidades; áreas com tendências a verticalização, adensamento de ocupação do solo, intensificação de comércio e multiplicação de estabelecimento que possam gerar incômodo, as quais, não estão em local apropriado; d) Áreas que compreendem o ambiente histórico ou cultural: identificar onde estão essas áreas, edificações, elementos que já são considerados oficialmente ou tragam uma referência histórica e cultural a população; e) Estrutura fundiária: identificar áreas onde ocorrem o parcelamento irregular, onde há invasões de edificações e os vazios urbanos ou subutilizados.

Para facilitar a leitura técnica trago o Quadro 3, que busca expor uma média dos indicadores de uso e ocupação de cada região do município. Este quadro facilita estabelecer os indicadores de ocupação do solo urbano.

Quadro 2 - Modelo para leitura técnica de indicadores de uso e ocupação do solo urbano

Bairro	Tipo de ocupação do solo	Área média dos lotes m <sup>2</sup>	Área do maior lote m <sup>2</sup>
Centro	Uso misto	500	600
Bairro 1	Uso misto	350	400
Bairro 2	Uso residencial	800	1000
Bairro 3	Uso industrial	1500	2000
Área do menor lote m <sup>2</sup>	Coefficiente de Aproveitamento C.A	Taxa de Ocupação T.O	Índice de impermeabilidade de
450	3	80%	80%
350	2	60%	50%
800	2	25%	40%
800	1	50%	60%

Fonte: Os autores.

Pode-se considerar nessa leitura os pontos positivos e negativos de cada região. Dessa forma, prevemos o Quadro 3, que possibilita levantar e quantificar os pontos positivos e negativos de cada região. Tais informações facilitam o desenvolvimento de estratégias, zoneamento e possíveis políticas públicas urbanas.

Quadro 4 - Modelo para leitura técnica de indicadores de uso e ocupação do solo urbano

Bairro	Pontos positivos	Pontos negativos
Centro	Edificações públicas e privadas de interesse cultural Imóveis tombados; Edificações preservadas com tipologia de épocas distintas Praças; Equipamentos públicos de lazer e cultura: Biblioteca, Oficina Cultural, Casa da Cultura;	Falta de conservação, descaracterização e destruição do patrimônio histórico; Descaracterização da paisagem urbana em alguns pontos do bairro;

Fonte: Os autores

Nesse contexto propomos três quadros que possibilitam a organização do zoneamento urbano dos municípios. Estão descritos nesse estudo de forma genérica e podem ser alterados conforme as especificações técnicas de cada município. O uso do solo pode ser identificado por meio de um diagnóstico que consiste em verificar o gabarito das ruas, largura dos passeios, conectividade do arruamento, tipo de pavimentação, edificações de interesse social, concentração de atividades econômicas como serviço e comércio. Ainda descrever os tipos de atividades industriais e conflitantes que estão concentradas nas imediações. Declividade, padrões de lotes e relação taxa de ocupação do solo são importantes para o diagnóstico. Da mesma maneira, o gabarito verticalização das edificações. Iluminação,

ventilação e insolação das edificações presente nas proximidades das edificações verticalizadas e os lotes com mais de uma edificação, com geminação de construções.

Apontar a localização os equipamentos públicos urbanos como as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica, rede telefônica, gás canalizado e congêneres. Descrever os equipamentos públicos comunitários como serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres. Mostrar onde estão as áreas não urbanizadas, que possuem Pontos de captação de água, bacias, Áreas de solo muito fértil que devam ser excluídas da urbanização, Glebas reservadas para uso industrial, para implantação de áreas industriais e que ainda não foram ocupados, áreas onde podem ser reservadas para implantação de conjunto a habitacionais, loteamentos. Apontar o perímetro urbano legal e perímetro da zona de expansão urbana legal. Trazer as principais estradas vicinais, e trechos com problemas como drenagem, deslizamento e falta de manutenção.

## 2.3 LEITURA TÉCNICA SOCIOECONÔMICA

As informações socioeconômicas devem apontar qual é a população total e população urbana, número de habitantes residentes no meio rural e urbano. Quais foram as variações dessa população no último triênio. Apontar uma projeção para os próximos 10 anos em municípios com população inferior a 20 mil habitantes e 5 anos para municípios com população acima de 20 mil habitantes. Relatar como ocorre a distribuição da população no território, qual é a densidade da população por bairro. Apresentar a média de renda familiar, a população por faixa etária (crianças, homens, mulheres, idosos) o quais, passam a ser relevantes para programas sociais como, saúde, educação e habitação.

Verificar qual é a população economicamente ativa por setor de atividade e evolução, quais são os tipos e portes das atividades atuais presentes no município. Trazer indicadores de desemprego por setor de atividade, de infraestrutura e de apoio às atividades econômicas nos eixos os quais elas se desenvolvem. Ainda deverá constar como estão apresentadas as finanças públicas municipais, qual foi a evolução das principais categorias de receitas, incluindo a evolução do índice municipal de participação no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Por fim, relatar

como ocorre a relação com os demais municípios da região, turismo, circulação de pessoas, bens e serviços. Ocorre participação em consórcio, colegiados, comitês, como são tratadas as parcerias no setor privado e público.

## 2.4 LEITURA DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

Nessa fase o relatório deverá apresentar informações acerca da infraestrutura urbana e rural, nos seguintes sistemas: água, esgoto sanitário, pavimentação, drenagem, limpeza pública, iluminação pública, coleta de lixo e equipamentos públicos. No sistema de água apontar onde está localizado os pontos de captação de água, a estação de tratamento, adutoras, os reservatórios de como está organizado a rede de distribuição de água, principalmente os locais onde não há essa distribuição. É importante trazer os trechos problemáticos do sistema como deficiência de pressão, tubulações subdimensionadas e como se dá distribuição nas edificações, constando o número de ligações no sistema.

O sistema de esgoto sanitário deverá apresentar como o município realiza o tratamento, se possui redes coletoras, interceptores, estação de tratamento de efluentes (caso não tenha como é feito nas edificações, comerciais, residenciais, serviços e outras). Apontar quais são os trechos mais graves, quais são os locais desassistido por esse sistema, da mesma forma, demonstrar quantas edificações possuem ligação aos sistemas de esgoto, quantas edificações possuem fossas, sumidouro e filtro ou não possuem nenhum tipo de tratamento. Na pavimentação apontar quais são as vias pavimentadas, trechos com cobertura asfáltica, calçamento e chão batido, largura das ruas, se possuem canteiro central com vegetação urbana. Indicar quais são os trechos problemáticos, onde não possuem passeio público.

O sistema de drenagem deverá abordar a presença de guias e sarjetas, da mesma maneira se há presença de galerias de águas pluviais, poço de inspeção e qualidade e localização desses sistemas. Aponta quais locais do município estão sujeitos a alagamento e transbordamento de cursos d' água. Indicar quais são os locais que não apresentam drenagem ou apresentam com dificuldade de escoamento de água. No sistema de limpeza pública descrever são realizadas as áreas servidas por coleta normal, especial e onde estão localizadas as áreas com necessidade desses serviços. Apontar onde se encontra o aterro sanitário domiciliar e especial e quais são os problemas mais frequentes.

Já o sistema de iluminação pública é importante trazer como está estruturada as áreas

servidas como bairros, praças, áreas rurais e quais são os pontos deficitários e com mais problemas. A rede de equipamento públicos deverá mencionar como está estruturado as unidades de atendimento da saúde, de ensino, as creches, os espaços culturais, de esportes, de recreação, lazer, os parques municipais e os equipamentos de assistência especial como asilos, orfanatos e o centro de atendimento de pessoas com necessidades especiais.

## 2.5 LEITURA DA MOBILIDADE

Para essa leitura verificamos o sistema viário e como se comporta as vias para longas distâncias em relação à malha urbana, da mesma forma o itinerário dos veículos de transportes urbanos municipais e dos transportes coletivos. Em relação às vias de tráfego intenso como se estabelece a relação de atração de tráfego e os locais de concentração de carga e descarga, as vias de pedestres e ciclovias. Importante levantar os pontos que apresentam problemas de mobilidade, horários de pico e com maior incidência de acidentes.

## 2.6 ETAPAS FINAIS E CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

O diagnóstico técnico, jurídico e social sem dúvida é a principal parte do estudo, nele percebemos as potencialidades, deficiências e quais podem ser as medidas interventivas no município. A etapa consequente é a consolidação do diagnóstico sendo a junção dos relatórios. A apresentação do relatório com seus resultados deverá ser discutida com o Núcleo Gestor. A apresentação e discussão do Relatório Técnico com o Núcleo Gestor. Aqui teremos uma apresentação parcial do plano.

Na sequência vem a etapa da definição das estratégias como a elaboração da finalidade, da abrangência, dos eixos para o desenvolvimento, da definição de políticas e programas prioritários, da elaboração dos mapas temáticos, da sistemática de gestão do plano e a definição dos prazos para execução do plano diretor. A realização da audiência pública vem para consolidar e apresentar os resultados e propostas do plano diretor. Novamente com a participação do Gestores públicos, Núcleo Gestor, líderes de entidades e comunitários e sociedade em geral (urbana e rural). A consolidação final integrará as discussões da audiência pública ao Plano Diretor. Finalização do plano e destinação de competências e do sistema de assessoramento e monitoramento.

O envio para o poder legislativo e a promulgação pelo poder executivo finda o processo de elaboração, ficando o lançamento do plano e a divulgação. O plano entra em vigor após o poder

executivo promulgar como lei complementar e deverá ser comunicado aos municípios para que os mesmos se habituem com as novas legislações. O monitoramento do plano diretor deverá ser constante e discutido sempre que houver necessidade, suas alterações devem ocorrer no prazo máximo de 10 anos. Tempo esse que pode permitir a desatualização do plano, assim recomenda-se que o mesmo ocorra em períodos menos, conforme percebe-se a necessidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo apontar pontos para desenvolver o termo de referência para Planos Diretores compatíveis com as necessidades dos municípios. No primeiro momento buscou-se analisar 89 municípios de pequeno porte onde foram encontrados 36 os quais não apresentam planos diretores e 43 que apresentam planos com estruturas semelhantes. Todavia, planos analisados 12 não trazem aspectos importantes que contenham o estatuto da cidade.

O estudo aponta as fases para elaboração de Planos Diretores, como a) sensibilização dos setores; b) diagnósticos municipais técnicos; c) consolidação do diagnóstico municipal técnico; d) apresentação do diagnóstico municipal técnico; e) disponibilização de diagnóstico municipal técnico; f) definição das estratégias; g) realização de debates e audiência pública; h) consolidação e elaboração da minuta da lei; i) envio da minuta para o legislativo e executivo municipal e sua aprovação; j) lançamento do plano diretor; k) assessoramento e monitoramento do plano diretor.

Os dados levantados vão ao encontro da Lei nº 10.257, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº 12.836, Lei nº 13.116 (BRASIL, 2001); (BRASIL, 1988); (BRASIL, 2013); (BRASIL, 2015). O estudo se limita na região oeste catarinenses, em pequenos municípios com cerca de 1 a 10 mil habitantes. Este estudo limita-se a uma pesquisa documental, que por sua vez pode ser construída com esse propósito.

Como contribuições, o texto traz uma proposição para elaboração de planos diretores, além de demonstrar pontos fundamentais para construção da leitura técnica socioeconômica, da infraestrutura urbana, rural, mobilidade e da etapa final e consolidação do Plano Diretor Municipal. Para futuros estudos recomenda-se a) utilizar além da pesquisa documental outros métodos de forma a fidelizar mais o estudo; b) ampliar a área do estudo para mais municípios do estado; c) comparar os planos diretores, construídos e relacioná-los com planos diretores de outros estados, e; d) aplainar a pesquisa para municípios com população superior a 50 mil habitantes.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao programa de Projetos de Pesquisa e Bolsistas - Art. 170 UNIEDU/SED/SC que financiou a pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 28 de agosto de 2001**. Estatuto da Cidade. Altera dispositivos das leis n. 4.947, de 6 de abril de 1966 e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.836, de 2 de julho de 2013**. Altera os ARTs. 20, 32 e 33 da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

BRASIL. **Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015**. Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações.

CARVALHO, Pompeu F. de; BRAGA, Roberto (orgs.) **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Rio Claro: LPM-UNESP, 2001. pp. 95 a 109.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches**. California: Sage, 2003.

FECAM. Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios Catarinenses, 2018. Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2021>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Mapas físicos**. 2017. Rio de Janeiro.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Censo Demográfico**. 2018. Rio de Janeiro.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Censo Demográfico**. 2019. Rio de Janeiro.

MATÉ, C.; MICHELETI, T. H.; SANTIAGO, A. G. **Cidades de pequeno porte em Santa Catarina: uma reflexão sobre planejamento territorial**. Revista Políticas Públicas & Cidades, v.3, n.2, p. 28 – 47, mai/ago. 2015.

WEBER, J. M. FRANQUI, L. H. Plano Diretor Participativo: Conexões e Possibilidades para o Desenvolvimento Regional. **Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios** Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.